UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO DE ALAGOAS

EVERTON ESTEVAN CABRAL DA SILVA

A COMPATIBILIDADE DO ARTIGO 5º DA LEI Nº 6514/2004 (LEI DAS
PROMOÇÕES) COM O ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

Maceió - AL
2024

EVERTON ESTEVAN CABRAL DA SILVA

A COMPATIBILIDADE DO ARTIGO 5º DA LEI Nº 6514/2004 (LEI DAS
PROMOÇÕES) COM O ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

Trabalho de conclusão de curso, apresentado à
Faculdade de Direito de Alagoas (FDA),
Unidade Acadêmica da Universidade Federal
de Alagoas (UFAL), como requisito parcial
para obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientador: Me. Thiago Rodrigues de Pontes
Bonfim.

Maceió - AL
2024

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S586 Silva, Everton Estevan Cabral da.
A compatibilidade do artigo 5º da lei nº 6514/2004 (lei das promoções) com o artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil / Everton Estevan Cabral da Silva. – 2024.
49 f. : il.

Orientador: Thiago Rodrigues de Pontes Bonfim.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Direito) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Direito de Alagoas. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 48-49.

1. Alagoas. Polícia Militar. 2. Alagoas (Estado). Lei Orgânica das Polícias e Bombeiros Militares. 3. Promoção por escolha. 4. Princípios da administração pública. I. Título.

CDU: 356.35(813.5)

RESUMO

O presente trabalho visa analisar o artigo 5º da lei nº 6.514/2004, que disciplina a promoção por escolha no âmbito das corporações militares no Estado de Alagoas, bem como todas as alterações que o dispositivo sofreu ao longo do tempo, sob o prisma do artigo 37 da Constituição Federal de 1988 e outros princípios da administração pública, a fim de verificar sua adequação e se está submetida à consecução do interesse público. Analisa também as disputas judiciais acerca da constitucionalidade do dispositivo, procurando estabelecer o entendimento da justiça alagoana com relação ao tema. Trata ainda do impacto da Lei nº 14.751/2023, denominada Lei Orgânica das Polícias e Corpos de Bombeiros Militares na modalidade de promoção por escolha.

Palavras-chave: Promoção por escolha. Polícia Militar. Princípios da administração pública. Militares estaduais. Lei orgânica das polícias e bombeiros militares.

ABSTRACT

The current work aims to analyze article 5 of law n° 6,514/2004, which regulates promotion by choice within the scope of military corporations in the State of Alagoas, as well as all the changes that the device has undergone over time, from the perspective of article 37 of the Brazilian Federal Constitution of 1988 and other principles of public administration, in order to verify its adequacy and whether it is subject to the persecution of the public interest. Also analyze the legal disputes regarding the constitutionality of the device, seeking to establish the understanding of the Alagoas justice system related to the topic. It also deals with the impact of Law No. 14,751/2023, called the Organic Law of Police and Military Fire Brigades in the form of promotion by choice.

Keywords: Promotion by choice. Military Police. Principles of public administration. State military. Organic Law of Police and Military Fire Brigades.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. CARREIRA FUNCIONAL NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS.....	9
1.1. INSTRUMENTO LEGAIS SOBRE CARREIRA FUNCIONAL NA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES ESTADUAIS.....	10
1.1.1. Promoção por antiguidade.....	12
1.1.2. Promoção por merecimento.....	13
1.1.3. Promoção por escolha.....	14
1.2. ATUALIZAÇÕES NOS CRITÉRIOS DE PROMOÇÃO À OFICIAL SUPERIOR.....	14
1.2.1. Dispositivo original.....	15
1.2.2. Lei nº 8.209, de 4 de dezembro de 2019.....	17
1.2.3. Lei nº 8.884, de 6 de julho de 2023.....	18
2. OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA APLICAÇÃO DA PROMOÇÃO POR ESCOLHA.....	19
2.1. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.....	20
2.2. PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE.....	21
2.3. PRINCÍPIO DA MORALIDADE.....	23
2.4. PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE.....	24
2.5. PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA.....	24
2.6. PRINCÍPIOS DECORRENTES DOS PRECEITOS CONSTITUCIONAIS...	26
2.6.1. Princípio da Isonomia.....	26
2.6.2. Princípio da razoabilidade e proporcionalidade.....	27
2.6.3. Princípio da motivação.....	28
3. ANÁLISE DE CASOS.....	29
3.1. PROGRESSÃO INDIVIDUAL DOS MILITARES.....	30
3.2. ANÁLISE E COMPARAÇÃO DOS CASOS.....	33
3.3. REFLEXÕES ACERCA DOS CASOS ANALISADOS.....	34
4. JURISPRUDÊNCIAS ACERCA DA PROMOÇÃO POR ESCOLHA.....	35
4.1. ADI Nº 0804072-78.2014.8.02.0000.....	36
4.2. ADI Nº 0806619-81.2020.8.02.0000.....	40

5. LEI ORGÂNICA DAS POLÍCIAS E BOMBEIROS MILITARES.....	42
5.1. PROMOÇÕES DE 03 DE FEVEREIRO DE 2024.....	45
CONCLUSÃO.....	46
REFERÊNCIAS.....	48

INTRODUÇÃO

A progressão na carreira em qualquer instituição, seja pública ou privada, é um aspecto muito importante na decisão de seguir ou não uma profissão, entretanto, nas instituições públicas, é necessário que este aspecto esteja submetido à princípios constitucionais que norteiam a administração pública, princípios estes criados para uma gestão pública cada vez mais democrática e compenetrada em promover os valores da república brasileira.

Dentro do escopo da progressão funcional, as corporações militares nos Estados brasileiros possuem legislações que disciplinam a progressão funcional em suas instituições, não sendo diferente no Estado de Alagoas, onde a progressão na carreira militar é regida pela lei estadual nº 6.514/2004, que traz no seu conteúdo diversas modalidades de promoção militar, sendo as regulares compostas pela antiguidade, merecimento e escolha.

A lei nº 6.514/2004 acabou por ser modificada posteriormente pela lei nº 8.208/2019 e mais recentemente pela lei nº 8.884/2023, trazendo inovações importantes na temática das promoções, em especial na promoção pelo critério de escolha, modificações estas que merecem ser analisadas pelo prisma dos princípios constitucionais da administração pública, a fim de se verificar sua pertinência, ainda que, segundo Oliveira (2020, p. 263) “o ato administrativo é a manifestação unilateral de vontade da Administração Pública (...) que, sob o regime de direito público, pretende produzir efeitos jurídicos com o objetivo de implementar o interesse público”, o gestor responsável precisa entender que é necessário que a discricionariedade de tal ato não se confunda com arbitrariedade.

A possibilidade trazida pela lei que disciplina a promoção por escolha tem revelado algumas consequências nefastas a muitas carreiras de oficiais militares, tendo em vista que é uma modalidade de promoção aplicável apenas à ascensão à classe de Oficiais Superiores, ocorrendo preterição de alguns em benefício de outros que são agraciados com as promoções, acarretando danos aos primeiros, fazendo crescer nos últimos anos a quantidade de arguições à justiça com pedidos de ressarcimentos de preterição.

O propósito deste estudo é analisar a compatibilidade entre o instituto da promoção por escolha com os princípios constitucionais da administração pública, conforme previsto no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88). Além disso, busca-se verificar a coerência com os princípios dela decorrente que norteiam a gestão pública no âmbito dos diversos entes federativos.

Adicionalmente, o objetivo inclui a enumeração dos princípios explícitos norteadores da administração pública, bem como elencar os demais que delas são decorrentes e que também devem ser respeitados nas ações tomadas pela gestão pública, nos diferentes níveis do poder público. Desta feita, também será analisado o nível de subjetividade carregada pelo chefe do poder executivo na aplicação do instrumento normativo estudado.

Este estudo, de natureza exploratória e abordagem qualitativa, configurado como estudo de caso (Sampieri, *et al*, 2013), investigou o histórico da carreira de militares da ativa da Polícia Militar de Alagoas (PMAL), pertencentes aos Quadro de Oficiais Combatentes (QOC), tendo em vista que os militares pertencentes a cada quadro concorrem entre si, procurando, então, responder o seguinte questionamento: Como a legislação concernente às promoções dentro da corporação policial militar, em específico o recorte que trata da promoção por escolha, está alinhada com a principiologia legal e doutrinária da administração pública?

O estudo foi estruturado em cinco capítulos que buscam apresentar as estruturas administrativas pertinentes à promoção por escolha, bem como a previsão legal e doutrinária dos princípios referentes à administração pública, com casos ilustrativos das consequências do instrumento, como também aspectos atuais referentes à temática.

No primeiro capítulo é definido o que é a progressão funcional e sua importância nas instituições públicas, bem como a diferenciação entre progressão vertical e horizontal, fazendo um paralelo com as formas de ascensão na carreira militar estadual, que são apresentadas e diferenciadas em suas diferentes modalidades.

No segundo capítulo elencamos os princípios constitucionais da administração pública, analisando a adequação do critério de promoção por escolha com o intuito de verificar se há pertinência, além de apresentar também princípios referentes à administração pública que são de observância obrigatória na gestão pública.

No terceiro capítulo apresentamos casos de oficiais da ativa, todos do QOC, a fim de demonstrar danos e benefícios que podem ocorrer em decorrência da aplicação do instrumento de promoção por escolha.

No quarto capítulo serão discutidas jurisprudências que possuem a temática da promoção por escolha, em particular duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI), uma impetrada pelo próprio Estado de Alagoas e outra pelo Partido Republicano da Ordem Social que questionam a constitucionalidade da citada modalidade de promoção.

No quinto e último capítulo apresentamos o histórico e promulgação da Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023, que institui a Lei Orgânica das Polícias e Bombeiros militares do Brasil, que não prevê a possibilidade de promoção na modalidade de escolha, o que tem suscitado diversas discussões.

1. CARREIRA FUNCIONAL NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

No âmbito das diversas instituições públicas, uma das características mais importantes, que inclusive é classificada como um direito, é a carreira funcional, sendo esta, o conjunto de cargos que se espera percorrer no curso do tempo profissional, aspecto este muito analisado por todos que decidem prestar um concurso público, visto que esta ascensão entre cargos e funções ao longo do tempo costuma ser acompanhado de aumento de salários, responsabilidades e até prestígio dentro da instituição.

A carreira pode ocorrer através de uma pela progressão vertical, que se refere a mudança de cargo do servidor de um determinado nível a algum outro acima, e que usualmente é chamada de promoção. Pode ainda haver a progressão horizontal, na qual não há mudança de nível do servidor, comumente referenciada simplesmente como progressão.

Sobre carreira diz José dos Santos Carvalho Filho:

Carreira é o conjunto de classes funcionais em que seus integrantes vão percorrendo os diversos patamares de que se constitui a progressão funcional. As classes são compostas de cargos que tenham as mesmas atribuições. (Filho, 2014, p. 214 e 215)

Dentro da carreira militar no Estado de Alagoas, a progressão funcional é disciplinada pela Lei nº 6.514/2004, de 23 de setembro de 2004 (lei das promoções), e se dá de maneira vertical através das promoções de uma patente a outra imediatamente

superior, podendo se dar por critérios diversos, destacando-se os critérios regulares de antiguidade, merecimento e escolha, existindo apenas uma previsão de progressão horizontal, que ocorre de igual forma a todos os militares quando atingem 20 anos de efetivo serviço, seja em qual patente se encontrar.

Diferenciamos a carreira pública do cargo em comissão, que se caracteriza pela indicação feita por parte de uma autoridade, independe de concurso público e tem como principal razão a confiança depositada por tal autoridade na pessoa comissionada, para esclarecer melhor trazemos o que diz Ricardo Alexandre e João de Deus:

os cargos em comissão (ou comissionados) são ocupados de maneira transitória, em razão da confiança depositada no seu titular pela autoridade nomeante. A nomeação para cargo em comissão não depende de aprovação em concurso público e a exoneração do seu ocupante pode ser feita a qualquer tempo, a critério da autoridade nomeante (ad nutum), sem necessidade de motivação ou processo administrativo. (Alexandre & Deus, 2017, p. 150)

É necessário se fazer a diferenciação, porque o cargo em comissão tem uma grande natureza política, podendo servir como barganha em negociações por se tratar de uma indicação subjetiva da autoridade pública. Evidentemente, na esfera política, esta liberdade quando proporcionada ao administrador público lhe confere grande poder sobre a pasta do nomeado.

Dentro da estrutura de funções da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar já há uma aplicação da alocação de oficiais militares com base na confiança por parte do chefe do poder executivo, que é a nomeação e dispensa de funções de comando, previstas para serem executadas por oficiais superiores.

1.1. INSTRUMENTOS LEGAIS SOBRE CARREIRA FUNCIONAL NA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES ESTADUAIS

Neste contexto, é preciso ter em mente que a carreira militar é baseada em uma estrutura rigidamente hierarquizada, onde as patentes são dispostas em caráter de subordinação, nas quais, para que um militar ascenda a um cargo superior é necessário que seja desocupada a vaga por meio de processo de reserva, licenciamento ou demissão, morte ou promoção, assim sendo, o acesso à patente superior passa a ser mais dependente de fatores externos ao militar e muito menos às suas próprias ações e contribuições.

Alie-se ao que foi dito no parágrafo anterior o fato do quadro organizacional das corporações militares estaduais serem dispostas numa composição piramidal, na qual, a quantidade de vagas disponíveis nas patentes superiores é menos numerosa do que nas inferiores, isto ocasiona um afunilamento ao passo que o militar vai percorrendo sua carreira.

Para ilustrar o parágrafo anterior e em observância ao fato de que o militar percorre as patentes de mesma natureza, faremos um recorte nas vagas de militares combatentes. Assim sendo, trazemos o que nos diz o inciso I, do artigo 6º; e o inciso I, do artigo 8º, da Lei 8.669, de 19 de maio de 2022:

Art. 6º (...)

I – O Quadro de Oficial Combatente – QOC será composto por 760 (setecentos e sessenta) oficiais de carreira, sendo:

- a) Coronel PM – 20 (vinte);
- b) Tenente-Coronel PM – 100 (cem);
- c) Major PM – 120 (cento e vinte);
- d) Capitão PM – 150 (cento e cinquenta);
- e) 1º Tenente PM – 180 (cento e oitenta); e
- f) 2º Tenente PM – 190 (cento e noventa). (...)

Art. 8º (...)

I – O Quadro de Praça Combatente será composto por 11.625 (onze mil seiscentos e vinte e cinco) praças de carreira, sendo:

- a) Subtenente PM – 300 (trezentos);
- b) 1º Sargento PM – 800 (oitocentos);
- c) 2º Sargento PM – 1185 (mil cento e oitenta e cinco);
- d) 3º Sargento PM – 1840 (mil oitocentos e quarenta);
- e) Cabo PM – 2500 (dois mil e quinhentos); e
- f) Soldado PM – 5000 (cinco mil). (Alagoas, 2022)

Ainda que com os entraves apresentados, a carreira militar estadual se configura como um direito, não apenas que a carreira exista, mas que ela assegure um fluxo regular e equilibrado, é o que prescreve a própria lei das promoções em seu art. 4º, especialmente o parágrafo único do dispositivo:

Art. 4º A forma seletiva, gradual e sucessiva resultará de um planejamento para a carreira Militar, organizado na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Alagoas, de acordo com as suas peculiaridades.

Parágrafo único. O planejamento realizado deverá assegurar um fluxo de carreira regular e equilibrado. (Alagoas, 2004)

Retomando os critérios de promoção para os militares estaduais de Alagoas, a lei das promoções prevê diversas modalidades de promoção, algumas delas são

excepcionais, denominadas promoções em condições especiais, que contemplam o capítulo III da lei. O referido capítulo indica como promoções excepcionais a promoção *post-mortem*, a promoção por ato de bravura, por invalidez permanente, por ressarcimento de preterição e por tempo de serviço. Essas modalidades não fazem parte do escopo analisado neste texto, pois não afetam os quadros de acesso em seu fluxo regular.

As modalidades de promoção que precisamos nos debruçar são as que afetam o fluxo regular das promoções, são elas a promoção por antiguidade, a promoção por merecimento e a promoção por escolha, esta última reservada às promoções aos postos de Oficial Superior¹ das corporações militares estaduais e que nas condições legais atuais nos trazem o maior número de discussões, visto que possibilitam militares avançarem mais rapidamente na carreira militar estadual.

1.1.1. Promoção por antiguidade

A promoção por antiguidade é aquela que leva em consideração o tempo de permanência do militar no posto ou graduação em que se encontra, diz-se que o militar é mais antigo que outro quando foi promovido antes deste, assim sendo, no quadro de acesso² o militar de maior antiguidade aparece à frente para ocupar vagas destinadas à promoção de sua patente, como fica claro no artigo 6º da lei das promoções, que diz que “a promoção por antiguidade é aquela que se baseia na precedência temporal do militar sobre os demais de igual posto ou graduação dentro de um mesmo quadro ou qualificação”. Observamos daí que este critério de promoção possui total independência tanto do gestor público, quanto do próprio militar, pois está unicamente dependente de sua data de promoção.

É a modalidade de promoção que causa menos discussões, não causa no militar um sentimento de injustiça, pois é um critério de fácil assimilação, visto que, em uma visão simplista, seria uma opção justa por sua natureza temporal, podemos comparar o quadro de acesso por antiguidade como uma fila, na qual aquele que nela chega primeiro,

¹ Postos de major, tenente-coronel e coronel.

² Lista de militares que cumpriram o interstício previsto em lei referente ao posto ou graduação que atualmente ocupa, estando assim aptos para concorrer a uma vaga no posto imediatamente subsequente, sem prejuízo da necessidade de cumprimento de pré-requisitos específicos a cada posto.

dela sai primeiro também, assim sendo, há tanto uma compreensão mais facilitada, bem como uma possibilidade de planejamento sobre o momento de sua promoção.

Existem alguns postos e graduações que para elas, a promoção é exclusivamente por antiguidade, são elas cabo, 3º sargento, 2º tenente e 1º tenente. Desta feita, os militares que aguardam promoções para estes postos ou graduações geralmente não veem necessidades de judicialização de promoções, se deparando com as dificuldades concernentes às preterições de militar mais antigo em detrimento a outros mais modernos mais à frente na carreira.

1.1.2. Promoção por merecimento

A modalidade de promoção por merecimento compreende a listagem dos militares que cumpriram interstício no posto ou graduação em que se encontram, baseado em critérios objetivos, aos quais são atribuídas pontuações positivas ou negativas, pontuações estas que são previstas na própria lei das promoções, ficando à frente na listagem aqueles militares com pontuações mais altas, a promoção por merecimento está prevista no art. 7º da lei das promoções:

Art. 7º A promoção por merecimento é aquela que se baseia na valorização do esforço para aprimoramento intelectual do militar e acompanhamento da vida profissional do servidor militar desde a sua inclusão, considerando a pontuação positiva e negativa, através da apuração objetiva do resultado da pontuação concedida por cursos, estágios, especializações, medalhas, elogios, período como instrutor, teste de aptidão física, trabalhos realizados, permanência no seu posto ou graduação, tempo de serviço militar na sua instituição, tempo de comando ou chefia no seu posto ou graduação, trabalho elaborado técnico-profissional, tempo remanescente no QA, punições, condenações, afastamentos de cursos e falta de habilitação física. (Alagoas, 2004)

O legislador explicita que o objetivo desta modalidade de promoção é registrar as ações do militar ao longo de sua carreira, tanto as consideradas positivas, quanto as negativas. Embora os critérios utilizados para atribuição de notas possam ser questionados, não se pode negar que estes critérios são objetivos e a rigor fogem do controle subjetivo do administrador público, pois realizar ações positivas ou negativas previstas no artigo depende exclusivamente do militar.

O que também se pode depreender desta modalidade é que já podemos observar uma interferência na lista de antiguidade, pois um militar que pratica ações que lhe rendem pontuação positiva e evita atitudes que lhe negativem pontos poderá ficar à frente

de um outro que faz o contrário, em teoria uma promoção antecipada por merecimento seria encarada como uma recompensa pelo bom serviço e comportamento em relação ao colega.

1.1.3. Promoção por escolha

A promoção por escolha é a modalidade central da discussão deste estudo, válida para os postos mais altos da hierarquia militar estadual, ou seja, major, tenente-coronel e coronel, pois diferente das outras que apresentam aspectos objetivos de composição de seu quadro de acesso, neste tipo de promoção o único critério que determina o militar que será agraciado com esse benefício é a vontade pessoal do administrador público, está prescrita no art. 8º da lei das promoções, conforme segue:

Art. 8º A Promoção por Escolha é aquela feita para os postos de Major, Tenente Coronel e Coronel, com base nas relações de escolhas que serão confeccionadas pela CPOP, a partir dos nomes constantes no Quadro de Acesso por Escolha. (Alagoas, 2004)

Vale observar que o dispositivo do art. 8º da lei das promoções afirma que as escolhas deveriam estar baseadas nas listas confeccionadas pela CPOP³, entretanto, o critério passou por certa alteração ao longo dos anos, desde a promulgação da lei das promoções no ano de 2004, até o último dispositivo normativo que a modificou, a lei nº 8.884, de 06 de julho de 2023.

Como veremos, as alterações feitas pelos referidos dispositivos deram maior liberdade subjetiva ao chefe do executivo estadual no ato de sua escolha individual, retirando da CPOP a função a ela destinada para o instituto.

1.2. ATUALIZAÇÕES NOS CRITÉRIOS DE PROMOÇÃO À OFICIAL SUPERIOR

Agora que vimos as principais modalidades de promoção e apresentamos a promoção por escolha como a de maior interesse para este estudo, visto que é ela que implica em maior controvérsia, veremos como como as atualizações feitas na norma correspondente afetou tais critérios, ressaltando-se que no lapso temporal de quase 20

³ Comissão de Promoção de Oficiais e Praças – PMAL.

anos o dispositivo recrudescu, numa linha que potencializou a subjetividade do chefe do poder executivo estadual.

1.2.1. Dispositivo original

Originalmente, o critério da promoção por escolha, como visto no item supra, previa a necessidade de composição de uma lista feita pela CPOP, na qual, por escrutínios sucessivos de votação aberta, seriam alocados os nomes de limitados militares para que então, o chefe do executivo estadual realizasse a sua escolha, indicamos abaixo o que o art. 8º da lei das promoções trata deste tema:

Art. 8º (...)

§ 4º Na votação aberta a que se refere o parágrafo anterior, a CPOP adotará os seguintes critérios:

I - serão votados e escolhidos sucessivamente em tantos escrutínios quantos se tornarem necessários os Oficiais a serem classificados em 1º, 2º, 3º e demais lugares do QA, a organizar;

II - em um primeiro escrutínio para seleção do Oficial a ser classificado em 1º lugar concorrerão todos os Oficiais que satisfaçam as condições para ingresso no QA;

III - caso algum Oficial obtenha a maioria absoluta dos votos, este será automaticamente escolhido para o 1º lugar;

IV - caso nenhum Oficial obtenha a maioria absoluta, serão realizados outros escrutínios, em cada um dos quais concorrerá a metade do número de votados no escrutínio anterior, arredondando para mais quando o referido número for ímpar;

V - para a obtenção da metade referida do inciso IV deste parágrafo, serão selecionados os Oficiais mais votados no escrutínio anterior ou, em caso de igual número de votos, os mais antigos;

VI - o processo será repetido a seguir, sucessivamente, para cada uma das classificações, incidindo a votação dos primeiros escrutínios sobre todos os Oficiais concorrentes, menos os já escolhidos.

§ 5º Para as promoções aos postos de Maj, Ten Cel e Cel, a CPOP extrairá dos Quadros de Acesso por Escolha, na ordem em que forem classificados, os Capitães, Majores e Tenentes Coronéis, a incluir nas relações de escolha que serão encaminhadas ao Governador do Estado;

§ 6º As relações de escolha a que se refere o parágrafo anterior conterão: 3 (três) Oficiais para a primeira vaga e mais 1 (um) para cada vaga subsequente; (Alagoas, 2004)

Observa-se dos dispositivos apresentados, que originalmente a lista confeccionada pela CPOP, que é submetida ao Governador do Estado, passava por um processo de composição, na qual os nomes dos componentes eram limitados e decididos internamente,

reduzindo a estes nomes a aplicação subjetiva da escolha por parte do poder executivo estadual.

Vale ressaltar que a lista, apesar de limitada, já poderia conter nomes de militares modernos, em virtude de que nos escrutínios sucessivos realizados pela CPOP, de acordo com o §1º, do art. 8º da lei das promoções, consta que “no Quadro de Acesso por Escolha constarão os nomes de todos os Oficiais que satisfaçam os requisitos para inclusão nos Quadros de Acesso”. Depreende-se então que não era impossível um militar antigo ser preterido em benefício de um mais moderno, porém, havia um certo filtro no fato de que a composição da lista, feita no âmbito interno à corporação, limitava a aplicação subjetiva da escolha por parte do chefe do executivo estadual.

Outro fator limitante em relação à eficiência do dispositivo era a proporção de vagas para cada modalidade, que era diferente para cada posto na versão original, claramente não se trata de um fator impeditivo do poder subjetivo por parte do governador do Estado, porém os danos acarretados aos militares era um pouco menores, sendo esta referida proporção apresentada logo nos itens VII, VIII e IX do § 2º, do art. 5º, da lei das promoções:

Art. 5º (...)

§ 2º (...)

VII - promoção ao posto de Major:

a) 1/3 (um terço) por Merecimento;

b) 1/3 (um terço) por Escolha;

c) 1/3 (um terço) por Antiguidade;

VIII - promoção ao posto de Tenente Coronel:

a) 2/4 (dois quartos) por Merecimento;

b) 1/4 (um quarto) por Escolha;

c) 1/4 (um quarto) por Antiguidade;

IX - promoção ao posto de Coronel:

a) 2/5 (dois quintos) por Merecimento;

b) 2/5 (dois quintos) por Escolha;

c) 1/5 (um quinto) por Antiguidade. (Alagoas, 2004)

Desta feita, observamos que o impacto maior da promoção por escolha era no posto de coronel, visto que a proporção da quantidade de vagas totais para esta modalidade era de 40%, sendo na promoção à tenente coronel de 25% e na de major de 33,33%, ou seja, a maior possibilidade para um militar ser preterido por um colega mais moderno, pelo critério subjetivo da escolha, seria no final da carreira, tendo a

possibilidade de, caso atingisse o penúltimo posto no final de seu tempo de serviço, poderia acionar a promoção por tempo de serviço (PTS), com a qual chegaria ao último posto.

1.2.2. Lei nº 8.209, de 4 de dezembro de 2019

Em 2019 discussões ocorriam sobre atualização da lei das promoções, tendo em vista a expectativa de se tornarem mais justas e fluidas as promoções no âmbito das corporações militares alagoanas, culminando na promulgação da Lei nº 8.209/2019, que atualizou, entre outras questões, as proporções de aplicação das modalidades de promoção nas vagas aos postos de major e tenente coronel, conforme segue:

Art. 1º Os dispositivos adiante indicados, da Lei Estadual nº 6.514, de 23 de setembro de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º As promoções serão efetuadas pelos critérios de:

VII – promoção ao posto de Major:

- a) 2/5 (dois quintos) por Merecimento;
- b) 2/5 (dois quintos) por Escolha; e
- c) 1/5 (um quinto) por Antiguidade.

VIII – promoção ao posto de Tenente-Coronel:

- a) 2/5 (dois quintos) por Merecimento;
- b) 2/5 (dois quintos) por Escolha; e
- c) 1/5 (um quinto) por Antiguidade. (...)” (Alagoas, 2019)

Observando tal modificação, observamos que ocorreu uma padronização nas proporções de aplicação das modalidades de promoção aos postos de Oficial superior como um todo, tornando o critério de escolha, juntamente com o critério merecimento, o mais relevante com uma proporção de 40% de incidência. Desta forma, a análise subjetiva do chefe do executivo, que até este momento passava apenas pelo filtro da lista criada pela CPOP como descrito anteriormente, passa a ter papel preponderante na composição da cúpula militar do Estado, que passa a ser formada, em um número muito próximo à metade, por militares escolhidos por interferência política.

Vale ressaltar que o critério subjetivo, que nos moldes atuais não exige qualquer justificativa do chefe do executivo estadual para que escolha qualquer militar à sua vontade, passa a ser objeto de constante atenção por parte dos militares que esperam galgar um posto entre os três mais altos das corporações militares, fazendo com que se

pautem muitas vezes em cumprir interesses de autoridades que podem lhe proporcionar tal benefício em detrimento às reais necessidades da sociedade alagoana, o que deveria ser o único objeto do serviço público prestado nas corporações.

1.2.3. Lei nº 8.884, de 6 de julho de 2023

Até este momento, as listas compostas pelos militares que poderiam ser escolhidos pelo governador do Estado para a promoção por escolha eram criadas pela CPOP, agindo como um filtro do interesse da corporação antes da submissão dos nomes ao chefe do governo estadual, apesar de ainda se tratar de escolha individual do chefe do executivo estadual, temos que observar que até este momento havia um escrutínio pela comissão, que é composta por diversos integrantes das próprias corporações militares, o que proporcionava uma certa conotação de impessoalidade do processo, ainda que ela estivesse presente.

Porém no ano de 2023 é aprovada nova atualização na lei das promoções promulgada pela Lei nº 8.884/2023, que, única e exclusivamente, passa a incluir na lista de militares habilitados para a escolha por parte do governador do Estado todos aqueles que cumpriram interstício e estão assim aptos a figurar no quadro de acesso, conforme se vê a seguir:

Art. 1º O § 6º do art. 8º da Lei Estadual nº 6.514, de 23 de setembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º A Promoção por Escolha é aquela feita para os postos de Major, Tenente Coronel e Coronel, com base nas relações de escolhas que serão confeccionadas pela CPOP, a partir dos nomes constantes no Quadro de Acesso por Escolha.

(...)

§ 6º As relações de escolha a que se refere o parágrafo anterior conterão **a totalidade dos militares aptos ao preenchimento da primeira vaga e das vagas subsequentes.**” “grifo nosso” (Alagoas, 2023)

Neste momento, podemos dizer que o único critério adotado na modalidade de promoção por escolha é a vontade particular e injustificada do chefe do poder executivo estadual, promoção esta que, como vimos no item anterior, cobre 40% de todas as vagas de oficias superiores das corporações estaduais, militares estes que ocupam os cargos de comando da corporação, interferindo assim na fluidez da carreira militar estadual, não importando para a referida escolha se o militar espera a promoção há pouco ou muito

tempo, nem as ações que tenha feito pela corporação a que pertence (como ocorre na promoção por merecimento).

2. OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA APLICAÇÃO DA PROMOÇÃO POR ESCOLHA

Sendo as instituições militares estaduais entidades públicas, as ações de seus administradores, nos diversos cargos de comando, do Secretário de Segurança Pública, ao qual estão subordinadas e por conseguinte o Chefe do Executivo Estadual devem se pautar pelos princípios da administração pública, inclusive no que concerne às promoções dos militares estaduais.

A própria lei estudada nos traz esta submissão, ainda que não fosse necessário mencionar tal subordinação legal, o legislador fez questão de registrar, dada a importância dos princípios para o bom andamento da administração pública, vejamos o que afirma o art. 2º da lei das promoções: “as promoções de militares do Estado de Alagoas observarão os princípios constitucionais gerais da Administração Pública”.

Assim sendo, o próprio instrumento prevê que as promoções devem se pautar pelos princípios, trazendo logo de início uma expectativa de que os dispositivos de tal normatização serão apresentados sob sua direção, tendo em vista que, justamente pela natureza pública da administração estadual, precisamos diferir as decisões sobre os assuntos públicos dos privados, nestes últimos, seu titular tem uma autonomia que não deve ser consignada ao administrador público, pois o bem público não tem dono, mas sim é administrado por um representante, em nome do povo, devendo exercer essa administração baseando seus atos nos princípios elencados no art. 37 da CF/88 e os deles derivados, Gilmar Mendes e Paulo Branco afirmam o seguinte sobre o tema em seu Curso de Direito Constitucional:

Como se pode depreender das diversas disposições constitucionais referidas, o povo é fonte da legitimação democrática e o responsável pela concessão ou outorga dessa legitimação. O princípio democrático exige que as pessoas submetidas ao poder estatal sejam idênticas àquelas cuja manifestação é fundamental para instituição desse mesmo poder (Mendes & Branco, 2017, p. 752 e 753)

Para esclarecer a discussão, o art. 37 da Constituição Federal é claro ao prever que “a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados,

do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”. Este dispositivo é válido também para a atividade legislativa, que igualmente deve obediência a todos os princípios apresentados ao exercer sua atividade finalística de legislar. Não se pode esquecer que de igual modo deve se pautar o judiciário e o executivo, ou seja, o art. 37 da CF/88 é dotado de força cogente em relação à toda administração pública direta ou indireta.

Desta feita, observamos que a lei das promoções e as que lhe alteraram foram promulgadas, estão em vigor e causando efeitos jurídicos no desenrolar dos certames de promoções nas corporações militares estaduais. Vejamos então, como podemos analisar tais dispositivos à luz dos princípios da administração pública.

2.1. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

O princípio da legalidade difere quanto à natureza do direito ao qual estamos nos referindo, sob o prisma do direito civil o indivíduo pode fazer tudo aquilo que a lei não o proíbe, porém aqui estamos falando de direito administrativo, neste diapasão a administração pública só poderá fazer o que a lei permitir, visto ser a lei, promulgada pelos representantes eleitos, nas diversas casas legislativas, nos diversos poderes, a expressão da vontade do povo, pela qual deve se pautar o gestor público.

Destinada a afastar formas de poder autoritário, o princípio procura estabelecer o império das leis e não dos homens. Daí abstraímos que o princípio existe justamente para evitar que o indivíduo que ocupe a função pública não imprima sua vontade em suas ações e decisões administrativas, o que *a priori* nos parece um contrassenso visto que discutimos aqui a modalidade de promoção por escolha, escolha esta, feita pelo chefe do poder executivo sem que dele se exija nenhuma justificção.

Porém, como dito no item anterior, a lei foi promulgada e está vigente. Em um primeiro momento e em observância ao princípio ora trabalhado, o ato de promoção por escolha está dentro de seus parâmetros, visto que está amparado em texto legal, segundo nos esclarece Ricardo Alexandre e João de Deus em sua obra Direito Administrativo:

No âmbito do direito administrativo, o principal mandamento decorrente do princípio da legalidade é o de que a atividade administrativa seja exercida debaixo e com estrita consonância com a lei. Em outros termos, a administração somente pode agir quando autorizada por lei, dentro dos limites

que a lei estabelecer e seguindo o procedimento que a lei exigir. (Alexandre & de Deus, 2017, p. 103)

Ao analisarmos as atualizações realizadas no dispositivo legal que trata das promoções nas corporações militares, podemos observar que elas ocorreram no sentido de tornar cada vez mais baseada na vontade pessoal do governador do Estado as decisões sobre quem será promovido aos cargos de oficial superior, não apenas isso, mas também aumentou a quantidade de vagas destinadas à promoção por escolha o que potencializa esta subjetividade pessoal.

Ainda que o problema do parágrafo anterior possa ser identificado, a lei existe e está vigente, entretanto, como mencionado anteriormente, cumprir apenas um dos princípios não exime a administração pública de satisfazer todos os outros, pois eles não são excludentes entre si, são na verdade complementares e convergem para que a gestão pública seja realizada na defesa do interesse público, então vejamos a reflexão que nos traz os demais princípios.

2.2. PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE

Este princípio tem diversas acepções, porém aqui vamos nos ater ao sentido de que impessoalidade imputa à administração pública a busca do interesse público nas suas ações, sendo vedada a satisfação de interesses pessoais nos seus atos, seja do administrador público, seja de terceiros, sobre o tema Gilmar Mendes e Paulo Branco afirmam que:

Por princípio da impessoalidade entende -se o comando constitucional, no sentido de que à Administração não é permitido fazer diferenciações que não se justifiquem juridicamente, pois não é dado ao administrador o direito de utilizar -se de interesses e opiniões pessoais na construção das decisões oriundas do exercício de suas atribuições. (Mendes & Branco, 2017, p. 764)

No caso das promoções à oficial superior nas corporações militares alagoanas, precisamos nos questionar onde está previsto o interesse público na normativa que proporciona ao Governador do Estado escolher, sem precisar de motivação justificada, determinado militar para ser promovido, na maioria das vezes na frente de diversos outros que aguardam sua promoção por anos.

O que ganha o Estado de Alagoas quando um militar é escolhido para ser promovido antecipadamente? É difícil imaginar, porém não é complicado conjecturar que

o ato da escolha proporciona ao chefe do executivo um favor devido pelo próprio militar ou autoridade por meio do qual o militar conseguiu a promoção, pois se não fosse essa ação injustificada do administrador, teria que aguardar seu tempo de promoção por antiguidade ou cumprir os requisitos do merecimento com mais afinco para uma promoção nesta modalidade. Gilmar Mendes e Paulo Branco afirmam ainda “que não há relevância jurídica na posição pessoal do administrador ou servidor público, pois **a vontade do Estado independe das preferências subjetivas do servidor ou da própria Administração**” (grifo nosso) (Mendes & Branco, 2017, p. 764), o que é flagrantemente desrespeitado pelo instituto da promoção por escolha nos moldes apresentados. Vicente de Paulo e Marcelo Alexandrino ainda reforçam com o seguinte:

A impessoalidade da atuação administrativa impede, portanto, que o ato administrativo seja praticado visando a interesses do agente ou de terceiros, devendo ater-se à vontade da lei, comando geral e abstrato em essência. Dessa forma, impede perseguições ou favorecimentos, discriminações benéficas ou prejudiciais aos administrados. Qualquer ato praticado com objetivo diverso da satisfação do interesse público será nulo por desvio de finalidade. (Paulo & Alexandrino, 2017, p. 240)

Neste quesito, o que é mais claro é que tal ato configura satisfação do interesse pessoal do promovido, que alcançará um posto maior na hierarquia militar, bem como terá um salário maior pelo simples fato de que foi agraciado com a vontade particular do administrador público. Precisamos nos ater ao fato de que o princípio da impessoalidade decorre da isonomia, totalmente desconsiderado na promoção por escolha, visto que acarreta a preterição de militares mais antigos em detrimento do agraciado pelo Governador do Estado.

Observando o ato do governo do Estado na promoção por antiguidade, vemos que o militar mais antigo na lista desta modalidade se encontra nesta condição em virtude de haver entrado antes no quadro de acesso, independe assim de escolha pessoal do administrador público. De forma semelhante o ato da promoção por merecimento, agracia o militar que, sabendo das condições necessárias para pontuar, através de suas ações positivas para somar pontos ou as consideradas negativas para subtrair pontos, reúne ponto suficiente para estar à frente quando aparecer a vaga por merecimento.

Os atos do parágrafo anterior obrigam o Governador do Estado, independente da sua vontade pessoal, a efetuar a promoção de militares. A lei estabelece os comportamentos considerados positivos ou negativos para uma eventual promoção por merecimento, de forma a se acelerar, em relação à antiguidade, a ascensão de militar que se dedique a alcançar estes padrões definidos objetivamente.

Nestas duas modalidades observamos o respeito ao princípio da impessoalidade, pois mesmo no merecimento, a ideia por trás da promoção de um militar mais recruta antes de um mais antigo reside em suas ações e seu comprometimento, que será pontuado, tanto positivamente, quanto negativamente, para compor a lista de aptos ao critério.

2.3. PRINCÍPIO DA MORALIDADE

Dentro do estudo do direito, costumamos compreender que a norma não pode ser confundida com a moral. Porém esta ideia se apresenta superada no sentido de que questões morais também configuram certas obrigações tanto individuais como para a administração pública, compondo a chamada moral jurídica. Podemos exemplificar no direito civil com a boa-fé, a proibição de benefício pela própria torpeza, entre outros.

No que concerne à moral administrativa observamos a obrigatoriedade da administração pública de observar princípios éticos extraídos da disciplina interna da administração. Como diz Ricardo Alexandre e João de Deus “o princípio da moralidade diz respeito à noção de obediência aos valores morais, aos bons costumes, às regras da boa administração, aos princípios da justiça e da equidade, à ideia comum de honestidade, à ética, à boa-fé e à lealdade” (Alexandre & Deus, 2017, p. 109).

Ao analisarmos a promoção por escolha pelo prisma do princípio da moralidade identificamos que é no mínimo questionável a aplicação de critérios subjetivos do chefe do executivo na promoção de um indivíduo pela sua mera vontade, preterir outros militares em detrimento de um escolhido fere inclusive a boa-fé administrativa, pois o Estado foi instituído pelo povo para que os administradores cumpram sua vontade, instituída nas normas, não na sua vontade individual.

Mas não falamos aqui de moral subjetiva, esta que cabe às individualidades em sua vida particular, não tendo relevância para o direito em particular, mas de uma moral objetiva, expressa em normas, doutrinas ou jurisprudências, vemos de pronto que o art. 37 da CF/88 vem deixando de ser observado desde a gênese da lei das promoções e seguidamente nos atos de promoção por escolha, atitude repetida todas as vezes que a legislação vem sendo atualizada.

2.4. PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE

O princípio da publicidade obriga à administração pública a levar ao conhecimento de todos os seus atos, decorre do princípio democrático, visto que precisa executar suas ações de modo público, não escondendo as decisões que toma, tendo em vista que o povo é o titular do poder e tanto em seu nome quanto para o seu interesse é realizada a gestão pública, como podemos observar no trecho de Ricardo Alexandre e João de Deus:

Fica fácil perceber que a publicidade se liga diretamente ao exercício da cidadania, ao permitir que o povo, tomando conhecimento de práticas administrativas que considere lesivas ao interesse público, adote providências no sentido de corrigi-las e punir o responsável, o que pode ser realizado mediante formulação de representação aos órgãos competentes para a apuração dos fatos (Ministério Público, Tribunais de Contas, Órgãos Policiais) ouajuizamento de ação popular. (Alexandre & de Deus, 2017, p. 110)

Não podemos dizer que o ato administrativo concernente à promoção por escolha fira o princípio da publicidade, muito pelo contrário, o ato, apesar de contrariarem outros princípios do art. 37 da CF/88, como vimos anteriormente, são publicados em diário oficial e ficam disponíveis para todos que quiserem ver as escolhas particulares feitas pelo chefe do executivo.

Podemos dizer que os atos de promoção por escolha expõem aqueles que possuem mais apoio político dentro da administração pública, os que detém alguma proximidade com alguém que o possibilite galgar postos maiores nas corporações militares estaduais, sendo assim, em virtude de acertos políticos, alçando posições mais altas na hierarquia militar, muitas vezes deixando outros militares aguardando vagas que poderiam lhe beneficiar não fosse este critério.

2.5. PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA

A eficiência como princípio foi introduzida na CF/88 através da EC nº 19/98, visando dotar a administração pública de maior agilidade, maior produtividade, menor desperdício, enfim, tornar melhor a gestão pública, é o princípio mais recente da administração pública, quando a legalidade já não era mais suficiente para o seu desempenho, exigindo-se melhores resultados para o serviço público e a satisfação no

atendimento das necessidades do povo, que em última instância são aqueles a quem o serviço público se destina.

Quando analisando a promoção por escolha sob a perspectiva deste princípio precisamos ter em mente que o corpo de militares estaduais é composto por seres humanos e que o serviço público, assim como na iniciativa privada, precisa proporcionar meios de motivação para que o militar mantenha sua produtividade, no caso específico da polícia militar, a finalidade do serviço é proporcionar sensação de segurança para a população através da dedicação dos comandantes em organizar os meios necessários para que a tropa possa executar as rondas e diligências.

Os cargos de oficial superior são os mais importantes nas corporações militares, visto que exercem funções de liderança e direcionamento para tropa, os oficiais superiores têm a incumbência de motivar sua tropa e inspirá-las a exercer suas funções de policiamento ostensivo da melhor forma possível, com o maior empenho que puder, tornando as ruas das nossas cidades mais seguras.

Porém o que ocorre na realidade fática dos certames das promoções nas corporações militares é que 40% das vagas para oficiais superiores são destinadas aos escolhidos do chefe do executivo, qual o impacto que este tipo de preterição tem nos demais militares, que não possuem influência política, e que rodada após rodada de promoções observam seus subordinados passarem a sua frente, muitas vezes vindo a comandá-los depois? Já se observa nesses casos o contrário do que afirma Ricardo Alexandre e João de Deus:

O conteúdo do princípio da eficiência diz respeito a uma administração pública que prime pela **produtividade elevada**, pela economicidade, pela qualidade e celeridade dos serviços prestados, pela redução dos desperdícios, pela desburocratização e pelo **elevado rendimento funcional**. “grifo nosso” (Alexandre & de Deus, 2017, p. 114)

Não podemos esperar eficiência deste tipo de instituto, como veremos mais à frente há disparidades enormes de tratamento entre militares quanto à questão de promoções, estas diferenciações têm o potencial de fazer o militar preterido se sentir inferiorizado, desprestigiado, crendo que não tem feito um bom trabalho e por isso tem tido sua oportunidade de ascensão postergada em detrimento de militares mais modernos, fato este que afeta não apenas sua motivação, mas também a hierarquia e a disciplina nas corporações, valores estes basilares nas instituições militares.

2.6. PRINCÍPIOS DECORRENTES DOS PRECEITOS CONSTITUCIONAIS

Além dos princípios expressos na constituição federal sobre a administração pública, há outros decorrentes deles que são reconhecidos como obrigatórios para uma gestão pública de qualidade, a doutrina os reconhece como acolhidos pelo nosso sistema constitucional, são os denominados princípios implícitos e estão registrados em diversas normas legais.

Não obstante este dispositivo da promoção por escolha contrariar princípios explícitos constitucionais da administração pública, veremos que alguns dos implícitos também acabam por serem violados pelo referido instituto, aumentando assim o dano que causa aos militares afetados, às corporações militares estaduais e à sociedade alagoana de um modo geral.

2.6.1. Princípio da Isonomia

O princípio da isonomia, fundamental no contexto jurídico e social, refere-se à igualdade de todos perante a lei. Essa premissa implica que todas as pessoas, independentemente de suas características pessoais, sejam tratadas de maneira equânime e justa. Na esfera legal, a isonomia assegura que as normas e decisões judiciais sejam aplicadas de forma imparcial, sem discriminação por motivos como raça, gênero, religião ou classe social. Esse princípio busca garantir que todos os cidadãos tenham acesso aos mesmos direitos e oportunidades, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

O princípio da isonomia decorre diretamente do art. 5º da CF/88, em seu texto que *ipsis litteris* afirma que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Desta feita, cabe ao poder público, em todas as suas instâncias, promover um tratamento igualitário a todos os cidadãos.

Notadamente, no âmbito interno à polícia militar não pode ser diferente, entretanto, levando a discussão para a modalidade de promoção por escolha, nota-se um

evidente e injustificado tratamento de concessão de benefícios a um grupo de oficiais que detém influência política, o que resulta não apenas em sua ascensão mais rápida na hierarquia militar, como culmina em prejuízo aos que acabam por serem preteridos nos certames de promoção.

2.6.2. Princípio da razoabilidade e proporcionalidade

Este princípio, apesar de não compor o rol de princípios expressos na constituição federal, constitui-se de princípio geral do direito, desta feita é tido como um princípio muito importante de ser observado por impor um caráter de maior justiça nas ações da administração pública, visto que nem sempre a simples aplicação de um dispositivo legal é suficiente pra gerar o resultado pretendido, para Ricardo Alexandre & João de Deus:

(...) a razoabilidade diz respeito à aceitabilidade da conduta em face de padrões racionais de comportamento, que levem em conta o bom senso do homem médio e a finalidade para a qual foi outorgada a competência ao agente público. Com efeito, o princípio da razoabilidade exige do administrador atuação coerente, racional, com bom senso”. (Alexandre & de Deus, 2017, p. 116)

Segundo este entendimento o instituto da promoção por escolha foge completamente dos parâmetros de bom senso do homem médio, pois a escolha individual feita por um gestor público jamais deveria ser suficiente para influenciar a carreira profissional de toda uma corporação, como vimos anteriormente, as funções que são atingidas por este dispositivo são as mais altas, de maior impacto no dia a dia das organizações militares.

Quanto à verificação da adequação dos atos administrativos, para Vicente de Paulo e Marcelo Alexandrino “essa aferição dos limites do exercício legítimo do poder discricionário possibilita combater a indevida invocação da discricionariedade administrativa como manto destinado a acobertar atos que, a rigor, configuram arbitrariedade”. Observamos que o ato de escolher indiscriminadamente um militar para receber o benefício de alcançar os maiores postos da corporação militar estadual por preferência pessoal configura clara arbitrariedade, consignada ao chefe do poder executivo por norma aprovada na casa legislativa do Estado, pois o benefício concedido prejudica outros que aguardam a consecução do direito.

2.6.3. Princípio da motivação

O princípio da motivação na administração pública é um alicerce fundamental para garantir a transparência e a legitimidade das decisões tomadas pelos órgãos governamentais. Esse princípio implica que todo ato administrativo deve ser fundamentado e justificado, de modo a esclarecer os motivos que levaram à sua tomada. Ao adotar a motivação como um padrão, a administração pública busca assegurar que suas ações estejam alinhadas com o interesse público, permitindo que os cidadãos compreendam o raciocínio por trás das decisões governamentais.

Entretanto precisamos fazer uma diferenciação quando falamos em motivação no caso da promoção por escolha, formalmente, podemos dizer que ocorre a observância do princípio, visto que a vaga existe e é preciso que ela seja preenchida, logo é função do chefe do poder executivo promover o militar que está apto a galgar o posto superior, assim sendo, há uma razão de ser do ato referido.

Por outro lado, materialmente, o ato não contém substância, é ancorado pura e simplesmente na vontade individual do governador, critério totalmente subjetivo, que causa prejuízo funcional e financeiro a muitos outros servidores que também estão aptos ao posto, porém pela razão de que o chefe do executivo preferiu outro militar, terão de aguardar uma nova oportunidade em um futuro incerto.

Em pleno século XXI, temos que nos deparar com estes desafios, quando inclusive a discricionariedade da atividade policial vem sendo discutida, como na imputação de arbitrariedade nas abordagens policiais em diversos casos, a trazer aqui o esclarecimento contido no RHC 158580:

EMENTA: RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. BUSCA PESSOAL. AUSÊNCIA DE FUNDADA SUSPEITA. ALEGAÇÃO VAGA DE “ATITUDE SUSPEITA”. INSUFICIÊNCIA. ILICITUDE DA PROVA OBTIDA. TRANCAMENTO DO PROCESSO. RECURSO PROVIDO.

(...)

15. Na espécie, a guarnição policial "deparou com um indivíduo desconhecido em atitude suspeita" e, ao abordá-lo e revistar sua mochila, encontrou porções de maconha e cocaína em seu interior, do que resultou a prisão em flagrante do recorrente. **Não foi apresentada nenhuma justificativa concreta** para a revista no recorrente além da vaga menção a uma suposta “atitude suspeita”, algo insuficiente para tal medida invasiva, conforme a jurisprudência deste Superior Tribunal, do Supremo Tribunal Federal e da Corte Interamericana de Direitos Humanos. “grifo nosso” (RHC 158580/BA - 2021/0403609-0; Relator: Ministro Rogerio Schietti Cruz)

A decisão proferida no Recurso de Habeas Corpus acima referenciada, evidencia que a ação policial, amparada no poder discricionário legal dado ao policial militar, não pode ser usada de modo arbitrário, devendo os agentes públicos apresentar justificativa concreta do motivo pelo qual decidiu por tolher o direito individual do indivíduo para realização de uma abordagem policial. Esta exigência se faz necessária pelo fato de que o policial militar é um agente público que representa o Estado quando no exercício da sua função e deve estar submetido aos mesmos princípios que toda administração pública está.

Porém o policial militar não é apenas um agente público no sentido de fornecer serviço à população, mas ele também é um cidadão que além dos deveres, é dotado de direitos, assim sendo, pode ser vítima de abuso da administração pública também. No caso estudado, o policial militar tem, conforme vimos no parágrafo único do art. 4º da lei nº 6.514/2004, a lei das promoções, o direito de que o Estado garanta que o planejamento realizado para a execução das promoções deverá assegurar um fluxo de carreira regular e equilibrado.

Se é esperado e exigido de um policial militar em serviço, que muitas vezes precisa tomar decisões em frações de segundos, que cumpra o requisito da justificativa e motivação na identificação e escolha de um cidadão para realizar uma abordagem, pelo fato de tolher-lhe um direito individual, o que diremos da necessidade do chefe do poder executivo em justificar a motivação de escolha de um militar para ser promovido, afetando o direito à uma progressão fluida e equilibrada na carreira de um outro policial? Não é difícil identificar a contradição nos casos, mas precisamos compreender que a aplicação principiológica precisa ser única.

3. ANÁLISE DE CASOS

Para aferir se realmente existem disparidades na progressão da carreira de militares precisamos analisar casos concretos que demonstrem os argumentos tecidos neste estudo, para tanto tomamos o registro de quatro militares pertencentes à Polícia Militar de Alagoas, todos Oficiais que iniciaram a carreira como cadetes e se formaram Oficiais no Curso de Formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar Senador Arnon de Mello.

Para uma melhor compreensão do quadro aqui apresentado é importante compreender como se dá a carreira do Oficial de Polícia Militar no Estado de Alagoas. Em primeiro lugar, existem diversos quadros de Oficiais como o Quadro de Oficiais da Administração (QOA), no qual se inserem os Oficiais que ascenderam na carreira a partir das patentes das praças, há também o Quadro de Oficiais Especialistas (QOE), que são militares que fizeram concurso para funções especializadas, como assistente social ou músico, existe ainda o Quadro de Oficiais da Saúde (QOS), o qual é composto por Oficiais médicos, enfermeiros, dentistas, bem como outras especialidades da área de saúde.

O quadro que vamos nos ater aqui é o Quadro de Oficiais Combatentes (QOC), quadro este destinados aos oficiais que atuam na atividade fim da PMAL, no comando de policiamentos, unidades policiais militares, grandes comandos, que tratam diretamente com o policiamento ostensivo ou as condições necessárias para sua execução. Vale ressaltar que cada quadro possui suas vagas próprias e a concorrência é entre os integrantes de cada quadro, desta feita, como os Oficiais Combatentes concorrem entre si, precisamos fazer o recorte deste quadro para ter uma visão que poderá ser transposta para outros quadros, pois, apesar do fato de que cada quadro concorre entre si, as regras dos certames de promoção são iguais a todos.

A fim de preservar a identidade e privacidade dos militares utilizados como exemplo, a eles nos referiremos como M1, M2, M3 e M4 (M como acrônimo de Militar), na ordem de antiguidade que ocupam na hierarquia militar atualmente, do mais moderno ao mais antigo, verificaremos os históricos e critérios de promoção; e faremos uma comparação posterior entre eles a fim de certificar se, como prevê a lei das promoções, em seu art. 4º, parágrafo único, todos estão tendo o direito a um fluxo de carreira regular e equilibrada. Vale ressaltar que os dados aqui utilizados são públicos e divulgados em Diário Oficial do Estado de Alagoas.

3.1. PROGRESSÃO INDIVIDUAL DOS MILITARES

O primeiro militar analisado (M1) foi incorporado às fileiras da PMAL no dia 18 de fevereiro de 1993, tendo se formado no curso de formação de oficiais e sido declarado Aspirante à Oficial no dia 30 de novembro de 1995, posto este, inicial para todos os Oficiais combatentes. Continuando sua carreira, foi promovido ao posto de 2º Tenente

em 21 de agosto de 1997, logo após, em 21 de abril de 2001, foi mais uma vez promovido ao posto de 1º Tenente, fechando assim a carreira de Oficial Subalterno⁴. Em 25 de agosto de 2008, já na vigência da lei nº 6.514/2004 (lei das promoções), foi alçado ao posto de Capitão, único posto da classe de Oficiais Intermediários. Exatamente dez anos depois, em 25 de agosto de 2018, foi promovido ao primeiro posto da classe de oficiais superiores⁵, chegando ao posto de Major, posto que ocupa até o presente momento. Vale salientar que, de todas as promoções alcançadas por M1, apenas a última se deu pelo critério de merecimento, sendo todas as demais por antiguidade.

No caso do segundo militar a ser analisado (M2), temos que sua incorporação às fileiras da PMAL se deu no dia 19 de fevereiro de 1993, tendo sido declarado Aspirante à Oficial, após a conclusão do curso de formação de oficiais, no dia 30 de novembro de 1995. Entrando na classe de oficiais subalternos, M2 foi promovido ao posto de 2º Tenente no dia 21 de agosto de 1996, posteriormente chegando ao posto de 1º Tenente no dia 21 de abril de 2001, até este momento todas as promoções foram pelo critério de antiguidade. Adentrando à classe de oficiais intermediários, M2 foi promovido ao posto de Capitão, pelo critério de merecimento, em 21 de agosto de 2005, na qual permaneceu por mais de 12 anos, sendo promovido ao posto de Major, também pelo critério de merecimento, apenas em 03 de fevereiro de 2018, posto que ocupa até o presente momento.

Analisando o caso do terceiro militar analisado (M3), observamos que ele foi incorporado às fileiras da corporação em 04 de fevereiro de 2004, praticamente 11 anos após M1 e M2. Foi declarado Aspirante à Oficial, após conclusão do curso de formação de oficiais, no dia 22 de dezembro de 2006. Adentrando à classe de oficiais subalternos, foi promovido ao posto de 2º Tenente no dia 25 de agosto de 2007, posteriormente sendo promovido ao posto de 1º Tenente e fechando a classe de oficiais subalternos em 25 de agosto de 2009, todas as promoções até aqui por antiguidade. No dia 25 de agosto de 2016, pelo critério de merecimento, foi promovido ao posto de Capitão e, adentrando à classe de oficiais superiores, foi promovido ao posto de Major, pelo critério de escolha, no dia 25 de agosto de 2020. Também pelo critério de escolha, M2 foi promovido ao posto de Tenente-Coronel, no dia 03 de fevereiro de 2023, chegando assim ao penúltimo posto da carreira militar estadual.

⁴ Oficiais que detém os postos de 2º Tenente e 1º Tenente.

⁵ Oficiais que detém os postos de Major, Tenente-Coronel e Coronel.

O quarto e último militar tomado como exemplo (M4) foi incorporado às fileiras da corporação no dia 03 de março de 2001, sendo declarado ao posto de Aspirante à Oficial, após conclusão do curso de formação de oficiais, no dia 12 de dezembro de 2003. Adentrando à classe de oficiais subalternos, foi promovido ao posto de 2º Tenente no dia 21 de agosto de 2004 e ao posto de 1º Tenente no dia 28 de agosto de 2006, todas as promoções até aqui pelo critério de antiguidade. Já na classe de oficiais intermediários, foi promovido ao posto de Capitão no dia 03 de fevereiro de 2014, pelo critério de merecimento. A partir deste momento, iniciando seu histórico na classe de oficiais superiores, M4 alcançou o maior posto da carreira militar estadual, sendo todas suas promoções nesta classe pelo critério de escolha, sendo promovido ao posto de Major no dia 03 de fevereiro de 2019, ao posto de Tenente-Coronel em 25 de agosto de 2021 e ao posto de Coronel em 25 de agosto de 2023.

TABELA 1 – QUADRO-RESUMO DOS DADOS COLETADOS

LAPSO TEMPORAL	M1	M2	M3	M4
1993	Incorporação	Incorporação		
1995	Asp Of (A)	Asp Of (A)		
1996		2º Ten (A)		
1997	2º Ten (A)			
2001	1º Ten (A)	1º Ten (A)		Incorporação
2003				Asp Of (A)
2004			Incorporação	2º Ten (A)
2005		Cap (M)		
2006			Asp Of (A)	1º Ten (A)
2007			2º Ten (A)	
2008	Cap (A)			
2009			1º Ten (A)	
2014				Cap (M)
2016			Cap (M)	
2018	Maj (M)	Maj (M)		
2019				Maj (E)

2020			Maj (E)	
2021				Ten Cel (E)
2023			Ten Cel (E)	Cel (E)

Legenda: Asp Of – Aspirante à Oficial; 2º Ten – 2º Tenente; 1º Ten – 1º Tenente; Cap – Capitão; Maj – Major; Ten Cel – Tenente-Coronel; Cel – Coronel; (A) – Antiguidade; (M) – Merecimento; (E) – Escolha

Fonte: O autor, 2024.

3.2. ANÁLISE E COMPARAÇÃO DOS CASOS

Ao nos depararmos com os casos apresentados observamos uma certa semelhança nas carreiras entre os indivíduos M1 e M2, bem como entre M3 e M4, porém os primeiros têm uma progressão totalmente contrária dos dois últimos, em primeiro lugar percebe-se que os primeiros, por haverem sido incorporados com diferença de 1 dia, já tinham 8 e 11 anos de carreira quando da incorporação de M4 e M3 respectivamente, este fato por si já demonstra a diferença temporal entre as analisados.

Todos os militares analisados, tendo em vista que as promoções referentes à classe de oficiais subalternos são todas por antiguidade, têm uma progressão até o posto de Capitão de forma relativamente uniforme, com os tempos de espera para a promoção ao posto na classe de oficial intermediário sendo de 7 anos para M1, 4 anos para M2, 7 anos para M3 e 8 anos para M4. Até este momento, visto que as promoções são dependentes do tempo relativo à promoção anterior (antiguidade) ou das ações positivas e negativas adotadas pelo militar ao longo de sua carreira (merecimento), os analisados alcançam os postos de Capitão num momento semelhante na carreira, respectivamente, 15 anos, 13 anos, 12 anos e 13 anos para os militares M1, M2, M3 e M4, respectivamente. Porém é neste momento que identificamos disparidades na progressão da carreira dos analisados.

A promoção ao posto de Capitão ocorreu para todos já na vigência da lei nº 6514/2004, de 23 de setembro de 2004, desta forma as análises de tempo de permanência e critérios de progressão ao posto de oficial superior são iguais. Iniciando esta análise de ascensão aos postos mais elevados da carreira militar estadual, vemos que M2 foi promovido ao posto de Capitão em 2005, enquanto que para M1 a promoção ocorreu em 2008, já M4 só chegou ao posto em 2014 e M3 apenas em 2016, ou seja, quando M4 foi promovido ao posto da classe de oficiais intermediários, M1, que a esta classe foi alçado

em 2008, já contava com 6 anos no posto, já tendo cumprido o interstício para ascender ao posto de Major, pior situação ocorre com relação à M2, que já contava com 9 anos no posto de Capitão quando M4 foi promovido a este posto.

Ainda assim, M1 e M2 foram promovidos ao posto de Major no ano de 2018, após anos concorrendo no quadro de acesso e de haver sido preterido por diversas vezes. Visto que foram promovidos pelo critério de merecimento, podemos afirmar que as vagas de escolha que apareciam nos certames a que eram submetidos foram distribuídas a outros oficiais, tendo M1 passado 10 anos no posto de Capitão e M2 13 anos.

A partir deste momento vemos duas situações que esclarecem a diferenciação entre os oficiais, M1 e M2 continuam no posto de Major até o presente momento, porém M3 e M4 tiveram uma carreira que podemos chamar de meteórica dentro da classe de oficial superior. Como capitães M4 passou 5 anos, sendo promovido a Major em 2019, pelo critério de escolha, já M3 passou 4 anos no posto da classe de oficial intermediário, sendo alçado ao primeiro posto da classe de oficial superior no ano de 2020, também pelo mesmo critério.

Com M1 e M2, que já completaram os anos regulares da carreira militar, podendo pedir para serem transferidos para a condição de reserva, ainda na espera por uma chance de ascender ao posto de Tenente-Coronel, M3 fez isso em 3 anos, chegando ao referido posto em 2023, mais uma vez pelo critério de escolha, com 19 anos de efetivo serviço na corporação. Sorte maior teve M4 que após chegar ao posto de Major em 2019, passou apenas 2 anos para ser promovido ao posto de Tenente-Coronel em 2021 e mais 2 anos para chegar ao maior posto da carreira militar estadual, sendo promovido ao posto de Coronel no ano de 2023, com 22 anos de carreira, sendo todas estas promoções pelo critério de escolha.

3.3. REFLEXÕES ACERCA DOS CASOS ANALISADOS

Quando nos deparamos com os casos apresentados, verificamos uma grande disparidade entre as carreiras dos militares, que são, como vimos anteriormente, do mesmo quadro de oficiais combatentes. A diferença temporal entre a incorporação dos dois primeiros para os dois últimos já levaria qualquer pessoa a presumir que a concorrência entre eles não seria praticável, porém a promoção por escolha, concedida

aos dois últimos por diversas vezes, fez com que estes chegassem ao topo da carreira bem antes que os primeiros.

Diferentemente do que ocorre na iniciativa privada onde o dono da empresa tem o poder discricionário de contratar, promover ou despedir um funcionário, no serviço público é necessário um tratamento isonômico entre os indivíduos, o que por sinal é totalmente desconsiderado no caso analisado, sendo necessário que os atos do chefe do executivo seja baseado nos princípios constitucionais da administração pública, porém o que observamos é uma tentativa de se obter poder e influência, cada vez menos compatível com uma polícia e bombeiro militares independentes e conectados mais com as necessidades sociais do que com os interesses políticos.

O prejuízo à disciplina e hierarquia, valores basilares das instituições militares acaba por ser bastante prejudicada, tendo em vista que oficiais que, conforme o caso apresentado, já eram 3 postos à frente de outros, são por estes ultrapassados, devendo-lhes agora subordinação funcional, pelo simples fato de ter sido escolhido pelo chefe do executivo estadual para lhes ultrapassar na hierarquia militar não uma vez, mas duas ou mesmo três vezes, não há o que utilizar como justificativa para o fato de que um militar em quatro anos saia de uma situação de subordinação com relação a dois colegas, para uma posição de dois postos à frente destes últimos.

Observa-se claramente que o maior desafio para o oficial de polícia militar e bombeiro militar na atualidade é encontrar uma maneira de conseguir influência política suficiente para que através de acordos políticos alcançar a preferência do governador do Estado para que seja escolhido, a partir do posto de Capitão, para que seja promovido à frente dos demais colegas. Desta forma, secundariza-se a atividade-fim da instituição, que acaba por se entregar a conchavos políticos e predileções individuais impressas na legislação castrense, disfarçada de legalidade e que nem tangentemente encontra amparo nos princípios constitucionais da administração pública.

4. JURISPRUDÊNCIAS ACERCA DA PROMOÇÃO POR ESCOLHA

As promoções nas corporações militares alagoanas já foi tema de diversos embates judiciais no Tribunal de Justiça de Alagoas, tanto por parte do Estado como contra ele, destacando-se ações diretas de inconstitucionalidade proposta pelo Estado de

Alagoas em 2014, quando da entrada em vigor da lei nº 7.656/2014, que revogava a lei nº 6.514/2004, bem como outra proposta pelo Partido Republicano da Ordem Social (PROS) contra o Estado de Alagoas.

Trataremos destas duas discussões judiciais para aprofundar a posição do poder público no tocante à temática das promoções por escolha, visto que a questão parece não ser apenas de interesse dos policiais e bombeiros militares, mas de toda a classe detentora de poder público no âmbito do Estado.

4.1. ADI Nº 0804072-78.2014.8.02.0000

A Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas (ALE-AL) aprovou, na data de 10 de setembro de 2014, a lei nº 7.656, revogando a lei nº 6.514/2004. Este instrumento normativo decorreu de um projeto de lei enviado pelo Poder Executivo que procurava, entre outras coisas, tornar realidade uma antiga reivindicação da tropa militar alagoana, que seria o fim da promoção por escolha, este projeto foi enviado à ALE-AL efetivando esta demanda e nesta casa acabou sendo modificada.

A versão final do projeto tornou-se a lei em questão, porém foi profundamente modificada, segundo o item 4 do acórdão do processo que teve como relator o Des. Alcides Gusmão da Silva, “aumento de despesa à Fazenda Estadual, chegando ao ponto de, em alguns casos, desnaturar por completo o projeto original”, pedido este acatado pela corte, conforme podemos ver no seguinte trecho do acórdão:

Nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade tombada sob o n. 0804072-78.2014.8.02.0000, ajuizada pelo GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS, devidamente qualificado, ACORDAM os membros do Tribunal Pleno desta Corte de Justiça, à unanimidade de votos, em JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente ADI, declarando inconstitucionais os artigos 2º, 5º, 13, 16, 17, 22, 23, 24, 25, 28, 31, 32, 34, 36, 39, 42, 43, 46 e 48 da Lei Estadual n. 7.656/2014, e, por maioria, que, por arrastamento, todos os demais dispositivos nela constantes (ADI 0804072-78.2014.8.02.0000 - AL; Relator: Des. Alcides Gusmão da Silva)

Mas a mudança mais importante para o estudo é a retomada da promoção por escolha feita unilateralmente pela casa legislativa estadual, tendo em vista que é de sua competência a apreciação e aprovação de projetos de lei, retrocedendo na matéria que o projeto havia tentado se resolver, podemos destacar na tabela seguinte que ainda que o

governo estadual tivesse interesse no fim da promoção por escolha, o poder legislativo decidiu por retomar tal critério de promoção:

TABELA 2 – MODIFICAÇÃO DO PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI	LEI 7.656/2014
<p>Art. 5º As promoções regulares dos oficiais da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas ocorrerão pelos critérios de antiguidade e merecimento, do seguinte modo:</p> <p>I – para os postos de segundo-tenente e primeiro-tenente, todas as vagas por antiguidade;</p> <p>II – para o posto de capitão, uma vaga por antiguidade e uma por merecimento, e assim por diante, obedecendo-se a sequência proveniente da última promoção; e</p> <p>III – para os postos de major, tenente-coronel e coronel, uma vaga por antiguidade e duas por merecimento, e assim por diante, obedecendo-se a sequência proveniente da última promoção.</p> <p>§ 1º Promoção por antiguidade é a decorrente da precedência hierárquica de um militar estadual sobre os demais de igual posto ou graduação dentro de um mesmo quadro e/ou qualificação.</p> <p>§ 2º Promoção por merecimento é aquela que se funda no conjunto de atributos e qualidades que distinguem e realçam o valor do militar entre seus pares, dentro de um mesmo quadro e/ou qualificação, avaliados no desempenho de cargos exercidos no posto ou graduação que ocupa.</p>	<p>Art. 5º As promoções regulares dos oficiais da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas ocorrerão pelos critérios de antiguidade, merecimento e escolha do seguinte modo:</p> <p>[...]</p> <p>III - para os postos de major e tenente-coronel, uma vaga por antiguidade, uma por merecimento e uma por escolha, e assim por diante, obedecendo-se a sequência proveniente da última promoção.</p> <p>IV- para o posto de coronel, obedecerá a seguinte ordem: duas vagas por merecimento, formulada lista composta por dois terços dos tenentes-coronéis do quadro de acesso, sendo encaminhada à Comissão de Promoções de Oficiais e Praças - CPOP que promoverá lista tríplice a ser enviada ao Chefe do Poder Executivo Estadual para escolha; uma por escolha livre do Governador do Estado; e, uma vaga por antiguidade, de forma direta. [...]</p> <p>§3º Promoção por escolha é aquela feita para os postos de major, tenente-coronel e coronel, com base nas relações de escolhas que serão confeccionadas pela CPOP, a partir dos nomes constantes no Quadro de Acesso por Escolha.</p>

Fonte: Estado de Alagoas, 2014.

Desta feita, ficou claro que a intenção do governo do Estado era de que a promoção por escolha deveria encontrar seu fim, porém, com a alegada desfiguração do projeto que foi enviado à ALE-AL o Poder Executivo do Estado de Alagoas, por meio da Procuradoria Geral do Estado, impetrou a ADI nº 0804072-78.2014.8.02.0000 que, além de pedir a revogação da lei nº 7.656/2014, pedia que, juntamente com a repristinação da lei nº 6.514/2004, os dispositivos relacionados à promoção por escolha constantes nesta

última fossem também declarados inconstitucionais, conforme vemos no item 10 do relatório:

10. Existe a possibilidade de se declarar a inconstitucionalidade da norma revogadora e, também, das normas pretéritas por ela revogadas, evitando-se o efeito ripristinatório tácito. Ainda mais ante a existência de pedido expresso, formulado pelo autor da presente ADI, no sentido de que sejam declarados também **inconstitucionais os artigos 5º, inciso II, §2º, inciso II, "b", incisos VII e VIII, "b", inciso IX, "b", artigo 8º, artigo 34, artigo 17 §§ 1º, 5º e 6º, artigo 14 §1º, todos da Lei Estadual n. 6.514/2004**. “grifo nosso” (ADI 0804072-78.2014.8.02.0000 - AL; Relator: Des. Alcides Gusmão da Silva)

Todos os dispositivos embasam a promoção por escolha, alguns foram apresentados neste texto anteriormente e o próprio Estado de Alagoas pediu a declaração de sua inconstitucionalidade, através do seguinte item 84, constante no relatório da ADI:

84 Alega o autor que **tal critério de promoção fere os princípios da impessoalidade e da isonomia**, uma vez que estaria apartado de qualquer método objetivo para a definição daquele que teria direito à promoção. Defende que **a escolha do servidor promovido se daria por meio de ato puramente discricionário do Chefe do Poder Executivo**, ignorando-se o desempenho e a capacitação do militar que postula a promoção. Assim, **apenas as promoções por antiguidade e por merecimento atenderiam a critérios objetivos e observariam as disposições constitucionais atinentes à espécie, sobretudo por não estarem submetidas ao arbítrio de determinado gestor**. “grifo nosso” (ADI 0804072-78.2014.8.02.0000 - AL; Relator: Des. Alcides Gusmão da Silva)

O pedido do Poder Executivo Estadual é cirúrgico em deixar claro que o critério de promoção por escolha é eivado de subjetividade arbitrária e que fere princípios constitucionais claros da administração pública, com conhecimento de causa, vale ressaltar, visto que sempre foi o Chefe do Poder Executivo quem efetua tal escolha. Porém, o Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (TJAL), através do relator do processo, entendeu improcedente o pedido consubstanciando sua decisão nos seguintes itens:

85 Todavia, entendo que não se há de confundir discricionariedade com arbitrariedade, pois, até nos casos de promoção por escolha, deve o Chefe do Poder Executivo observar as disposições legais específicas da modalidade, como, por exemplo, os critérios para formação da lista de habilitados.

86 O princípio da impessoalidade pode ser examinado sob diversos prismas, sendo o mais relevante para a hipótese, aquele que o define como determinante da finalidade de toda a atuação administrativa - também chamado princípio da finalidade, considerado um princípio constitucional implícito, inserido no exposto da impessoalidade.

87 Ao feito em evidência, interessa este alcance, por representar a noção de que toda a atuação administrativa deve destinar-se ao interesse público, tendo como alvo precípuo a satisfação deste.

88 Por outro lado, o princípio da isonomia (preceito fundamental do ordenamento jurídico e fundamento valorativo de inúmeros institutos do direito administrativo) encontra fundamento no “caput” do artigo 5º da Constituição Federal, que dispõe: “Todos são iguais perante a lei, sem

distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Em virtude de tal princípio, exige-se que, tanto o legislador quando a própria administração dispense tratamento igual a administrados que se encontram em situação equivalente. (é o que se denomina “igualdade na lei e perante a lei”).

89 Em verdade, a discussão já foi trazida a esta Corte de Justiça (em sede de controle difuso de constitucionalidade), nos autos do recurso de apelação cível n. 0020880-67.2009.8.02.0001, relatoria do Desembargador James Magalhães de Medeiros, oportunidade em que a Terceira Câmara Cível firmou entendimento acerca da constitucionalidade do critério de promoção por escolha, disciplinado na lei vergastada.

90 Da mesma forma, em recente sessão, realizada em 07 de fevereiro de 2017, o Tribunal Pleno desta Corte, ao julgar o incidente de arguição de inconstitucionalidade tombado sob o n. 0500416-21.2016.8.02.0000, relatoria Des. Fábio José Bittencourt Araújo, consolidou o entendimento no sentido de que o artigo 5º, inciso II, o artigo 8º §§1º a 8º, o artigo 9º, inciso II, o artigo 24 §4º, o artigo 27 parágrafo único, o artigo 34 e o artigo 39, todos da Lei Estadual 6.514/2004, seriam constitucionais, uma vez que a promoção por escolha seria modalidade de promoção que não afronta qualquer dos princípios regentes da Administração Pública.

91 De fato, a lei federal que dispõe sobre as Forças Armadas 11, bem como o Estatuto dos Militares Federais 12, ambos preveem a possibilidade de promoção pelo critério da escolha, não sendo, portanto, um método isolado criado no estado federado, mas sim um paradigma a ser utilizado para a Polícia Militar, vez que não cabe à lei estadual promover um tratamento diverso daquele estabelecido na legislação federal. (ADI 0804072-78.2014.8.02.0000 - AL; Relator: Des. Alcides Gusmão da Silva)

No item 85 o relator afirma que não se deve confundir a discricionariedade com arbitrariedade e que a escolha feita pelo chefe do poder executivo nos certames de promoção dos oficiais militares de Alagoas se reveste apenas de poder discricionário, porém vale compreendermos que o poder discricionário atribuído ao gestor público precisa, em primeiro lugar, estar em conformidade com a lei, bem como ser respaldada no interesse público, não podendo ser usado para a satisfação de interesses pessoais.

Vimos ao longo do texto o quão nocivo é para outros militares que aguardam oportunidades de ascender em sua carreira a interferência da escolha do governador nos certames de promoção, desta feita, observamos que o poder descrito no relatório como discricionário vem causando danos a oficiais que são preteridos, em benefício de um colega que, por algum motivo, conseguiu influência na gestão pública para ser promovido de forma antecipada ao tempo que seria considerado normal.

Mas não só isso, a escolha é executada, de forma que o poder executivo não precisa justificar tal escolha, ou seja, o dano aos militares preteridos é causado sem nenhuma motivação, não existindo conexão que se possa ser feita com o interesse público, senão com interesses particulares.

O relator traz ainda, no item 91, que o critério de promoção por escolha tem amparo na legislação militar federal, tendo em vista que nas forças armadas há a previsão de promoção por escolha, quanto a esta afirmação é necessário perceber que a promoção por escolha nas forças armadas, previstas na lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, estabelece que este critério de promoção é reservado à oficiais gerais, uma classe privativa das forças armadas, onde é muito difícil se chegar antes de completar o tempo de serviço mínimo para transferência para a reserva, ou seja, a carreira regular já se encontra encerrada, conforme vemos no art. 11 da referida lei;

Art 11. As promoções são efetuadas:

- a) para as vagas de oficiais subalternos e intermediários, pelo critério de antiguidade, admitida também a promoção pelo critério de merecimento para os oficiais do Quadro Auxiliar de Oficiais do Exército, observado o disposto em regulamento; (Redação dada pela Lei nº 13.954, de 2019)
- b) para as vagas de oficiais superiores, pelos critérios de antiguidade e de merecimento, de acordo com uma proporcionalidade entre elas, estabelecida na regulamentação da presente lei para cada Força Armada; e
- c) para as vagas de oficiais-gerais, pelo critério de escolha.** “grifo nosso” (BRASIL, 1972)

Nas corporações militares estaduais inexistente a classe de oficiais gerais e todos os postos da categoria de oficiais são possíveis de serem alcançados durante a carreira do militar estadual. Entretanto, mesmo que em uma situação hipotética, improvável, porém possível, na qual a quantidade de oficiais fossem tão grande, que pela estrutura piramidal e hierarquizada do quadro organizacional nas corporações militares estivesse difícil serem abertas vagas para promoção, nada justifica que em meio a centenas de oficiais, alguns poucos deles ultrapassassem todos os outros pelo critério de escolha, como vimos no exemplo dos casos apresentados anteriormente, a falta de isonomia é evidente, em contraponto ao proferido pelo relator.

4.2. ADI Nº 0806619-81.2020.8.02.0000

Como exposto anteriormente, em 04 de dezembro de 2019, foi promulgada a lei nº 8.209, que entre outras coisas modificou as proporções de vagas destinadas aos três critérios de promoção regular, padronizando em 40% a quantidade de vagas destinadas ao critério de escolha. Demonstrando que a classe militar não recebeu bem a alteração,

uma ADI foi impetrada pelo partido PROS, pedindo a declaração de inconstitucionalidade da norma legal.

O relatório da corte, através do relator Des. Domingos de Araújo Lima Neto, traz as questões levantadas pelo impetrante, dentre elas a observância de inconstitucionalidade material do dispositivo, tendo em vista que foram violados princípios referentes à administração pública, solicitando suspensão imediata da lei em questão, conforme observamos nos itens 22, 24 e 25 do relatório:

22 Sustenta inconstitucionalidade material do art. 1º, inciso I, da lei 8.209/2019, notadamente as sequências das promoções de Major e Tenente Coronel. Alega que, após as emendas parlamentares, as promoções às referidas patentes passaram a ser 2/5 por merecimento, 2/5 por escolha, e 1/5 por antiguidade. E que "aumentar significativamente a sequência das promoções por escolha é contrariar toda a legislação militar, que preza pela hierarquia e plena disciplina, bem como aos princípios regentes da Administração Pública", de forma a acarretar a possibilidade de promoções subjetivas e subserviência dos promovidos aos grupos políticos que estão no poder.

(...)

24 Defende, ainda, a inconstitucionalidade material da promoção por escolha, sob fundamento de que tal modalidade de ascensão afronta os princípios estabelecidos no art. 42 da Constituição Estadual, especificamente da impessoalidade e da moralidade do ato administrativo.

25 Afirma que o legislador, ao dispor as promoções por escolha, deixa ao critério do Chefe do Poder Executivo estadual a realização do ato administrativo, possibilitando o apadrinhamento e que, com "a alteração da Lei 8.209/2019, na qual expandiu esse campo, com o aumento da quantidade de vagas para as promoções as patentes acima mencionadas, deixa explícito mais ainda o total desrespeito do legislador com os critérios da proporcionalidade e da razoabilidade." (ADI 0806619-81.2020.8.02.0000 - AL; Relator: Des. Domingos de Araújo Lima Neto)

Entretanto, mais uma vez, o TJ-AL entendeu improcedente o pedido tendo em vista que o diploma legal da promoção por escolha já existia na lei nº 6.514/2004, lei esta que foi objeto de alteração pela lei nº 8.209/2019, desta feita, a alteração nas proporções não incorreria em irregularidade. Observa-se, contudo, que aparentemente há uma falta de entendimento por parte do relator, porquanto este afirma ser uma opção do militar o critério de promoção que irá concorrer, isto é observado no item 38 quando diz que “os militares que **optarem** por tal espécie de promoção devem ser incluídos em quadro de acesso específico” (grifo nosso).

Leva à baila também, o relator, o conteúdo da ADI 0804072-78.2014.8.02.0000, reforçando o entendimento da corte de que o critério de promoção por escolha preenche os requisitos legais e principiológicos para torná-la constitucional, segundo o relator: “não

constam nos autos elementos capazes de demonstrar a violação aos princípios da Administração Pública castrense”.

Quando analisamos as arguições feitas à corte alagoana com relação à promoção por escolha, vemos um posicionamento estabelecido no sentido de manter o dispositivo vigente, independente dos argumentos apresentados ou de quem impetra a questão, como vimos, a arguição foi levantada inclusive pelo próprio Estado de Alagoas, através do poder executivo estadual, porém o Tribunal entendeu que aquele que é competente para efetuar a escolha, que alegou que esta mesma escolha fere os princípios da boa gestão pública, deve continuar cumprindo este diploma legal, o que parece uma contradição de difícil compreensão.

5. LEI ORGÂNICA DAS POLÍCIAS E BOMBEIROS MILITARES

No ano de 2001 foi dado início ao projeto de lei nº 4.363, que tinha como ementa estabelecer normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, e dar outras providências. O teor do projeto já era uma demanda de longa data, com vistas a traçar normas que procurassem padronizar certos procedimentos que se mostravam díspares quando se comparavam polícias e bombeiros militares pelas diversas unidades federativas brasileiras.

Originalmente, o projeto de lei não tratava de normas gerais com relação a promoções no âmbito das polícias e bombeiros militares e o assunto referente a esta padronização acabou ficando em segundo plano por longo tempo, tendo em vista que acabou por ser apensado a outro projeto de lei apresentado posteriormente na câmara dos deputados, o PL 6.690/2002, que também tratava do tema.

Apenas no ano de 2019 é que o PL 4.363/2001 retomou seu caminho, quando a mesa diretora da câmara dos deputados o desapensou do PL 6.690/2002, dando a ele, desta forma, sentido próprio e desta vez ao tema foi dada uma maior atenção, tendo em vista a urgência em se trabalhar o objeto do projeto.

Já no ano de 2022 foi apresentado pela Comissão Especial um texto substitutivo ao projeto original, de relatoria do Deputado Capitão Augusto, na qual foram adicionados

dispositivos relacionados a progressão na carreira militar, traçando os critérios de promoção admitidos no âmbito das instituições militares estaduais, sendo estes dispositivos compilados no artigo 14 da citada substitutiva, que acabou por ser aprovada e passou a prever o seguinte:

Art. 14. A progressão do militar na hierarquia militar, pelos fundamentos das Forças Armadas, independentemente da sua lotação no quadro de organização, será fundamentada no valor moral e profissional, de forma seletiva, gradual e sucessiva, e será feita mediante promoções, pelos critérios de antiguidade e merecimento, este com parâmetros objetivos, em conformidade com a legislação e a regulamentação de promoções de oficiais e de praças do ente federado, de modo a garantir fluxo regular e equilibrado de carreira para os militares.

Parágrafo único. Além do disposto no caput deste artigo, serão admitidas as promoções por bravura e post mortem e a promoção por completar o militar os requisitos para transferência a pedido ou compulsória para a inatividade, sem prejuízo da promoção em ressarcimento de preterição. (BRASIL, 2023)

O artigo é categórico ao estabelecer as modalidades que possibilitam a progressão na carreira militar estadual, que são antiguidade e merecimento. O dispositivo se preocupa ainda em deixar claro que a modalidade de merecimento deve ser levada a cabo com parâmetros objetivos, afastando assim, a noção de aplicação de critérios que se mostrem submetidos à subjetividade do gestor público.

É previsto ainda, além das formas de promoção regulares, que foram discutidas no parágrafo anterior, as que ocorrem em condições especiais. O parágrafo único do artigo prevê que são “admitidas promoções por bravura e post mortem e a promoção por completar o militar os requisitos para transferência a pedido ou compulsória para a inatividade, sem prejuízo da promoção em ressarcimento de preterição”. Desta forma, esclarece-se que outras formas de promoção, como a “por escolha”, estão suprimidas nos certames de promoção militares estaduais.

O projeto já no formato da substitutiva acabou por ser aprovado e entrou em vigor no dia 12 de dezembro de 2023, tornando-se na Lei nº 14.751, sendo um texto legal que ainda está se provando, mas que contém eficácia jurídica. Com a discussão corrente, no Estado de Alagoas, no dia 03 de fevereiro de 2024, haverá o primeiro certame de promoções após a entrada em vigor da referida lei, segundo a qual a promoção por escolha não é mais admitida, como vimos.

Uma reflexão que se faz presente é sobre a possibilidade da união interferir na organização de um tema de competência estadual, tendo em vista o pacto federativo, consubstanciado no art. 18 da CF/88 que prevê que “a organização político-administrativa

da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição”. Nos traz ainda a CF/88, no seu art. 42 o seguinte:

Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, **cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias** do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores. “grifo nosso” (BRASIL, 2023)

Desta feita, cabe aos Estados federados dispor, através de lei estadual, diversas questões, inclusive acerca de concessão de patentes no decorrer da carreira militar. Parece ser um argumento muito forte para contrapor a limitação das modalidades de promoção para os militares dos Estados. Entretanto, o art. 22 da própria CF/88 traz como competência da União o que segue:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

(...)

XXI - normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação, mobilização, inatividades e pensões das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares; (BRASIL, 2023)

Não restando dúvidas de que à União compete traçar normas gerais para certos temas de claro valor constitucional, caros aos princípios democráticos. Servindo, tal instrumento, como filtro para frear a sanha política de utilizar o aparato estatal para adquirir cada vez mais influência em instituições tão importantes para a sociedade brasileira.

De fato, a doutrina reconhece que a autonomia dos entes federativos corresponde a uma natureza de cooperação, não se podendo confundir a autonomia outorgada aos entes com independência irrestrita. Corroborando este ditame, trazemos o que afirma Ricardo Alexandre e João de Deus:

A relação entre os entes políticos que compõem a federação brasileira é de coordenação (não há qualquer subordinação entre a União, Estados, DF e Municípios). Com efeito, todos os entes que compõem a federação possuem autonomia para editar suas próprias leis e prover sua organização política, administrativa e financeira, respeitados os preceitos estabelecidos na Constituição Federal. (Alexandre & de Deus, 2017, p. 28)

Resta saber, no âmbito do Estado de Alagoas, qual a disposição política para a tentativa de mais uma vez buscar a manutenção de tal instrumento subjetivo que vem causando danos à militares do Estado, embaraço à própria maior corte da justiça alagoana,

que por vezes precisa discutir o tema, tendo se posicionado em todas elas pela permanência do dispositivo, bem como prejuízos aos próprios mandamentos constitucionais referentes aos princípios a serem seguidos pela administração pública.

5.1. PROMOÇÕES DE 03 DE FEVEREIRO DE 2024

Em plena vigência da Lei Orgânica das Polícias e Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, que foi trabalhada no item anterior, houve um certame de promoções referente ao dia 03 de fevereiro de 2024, a expectativa era sobre se o Estado de Alagoas respeitaria os limites impostos pela referida lei, que como vimos, permite como critérios de promoções regulares a antiguidade e o merecimento.

Entretanto, continuando a tradição de politização da cúpula das corporações militares do Estado, o Chefe do Executivo utilizou o critério de escolha para promover Oficiais Superiores, conforme previsto na Lei das Promoções, ignorando completamente o preconizado no art. 14 da referida lei. Desta feita, no dia 02 de fevereiro de 2024, em edição suplementar do Diário Oficial do Estado de Alagoas, foram publicadas as promoções dos Oficiais da Polícia Militar do Estado, a contar de 03 de fevereiro de 2024.

Pode-se questionar a vigência da norma, porém de qualquer prisma analisado a eficácia da lei é inegável. Em primeiro lugar, a *vacatio legis*, em normas que não explicitam o momento em que entrará em vigor, é por padrão 45 dias, prevista no art. 1º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942), tendo em vista a data de publicação da Lei Orgânica das Polícias e Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, observamos que as promoções ocorreram em período posterior ao previsto no dispositivo mencionado. No entanto, a referida Lei Orgânica prevê em seu art. 44 que a Lei entra em vigor na data de sua publicação, desta forma, por qualquer aspecto que se observe o dispositivo está vigente e apto a produzir efeitos.

Fica então evidente o pouco caso da administração pública com a estrutura normativa nacional, colocando os interesses pessoais da elite política estadual acima das lei a que deveriam subordinação e até mesmo dos princípios impostos pela própria Constituição Federal.

CONCLUSÃO

A construção de um Brasil cada vez mais democrático perpassa pelo desenvolvimento de instituições cada vez mais fortes e abnegadas com os valores que são imprescindíveis ao desenvolvimento de uma país menos dependente de interesses pessoais daqueles que detém o poder político em qualquer nível federativo que constitui nossa república.

As instituições militares estaduais compõem esta estrutura de promoção de valores democráticos que buscamos cada dia mais em nossa sociedade, fazendo parte de um sistema de defesa social, da qual dependem, principalmente os menos providos de poder econômico, sendo, seus componentes, parte desta sociedade, dotados, além dos deverem que suas funções impõem, direitos que precisam ser defendidos, como o de qualquer outro cidadão.

Não é sensato exigir de um indivíduo que se submeta a princípios e valores que permeiam a sua atividade, na defesa dos direitos de outros, se os seus próprios direitos estão sendo desrespeitados. Claro que o militar estadual deve obediência aos preceitos legais que lhe são impostos pelas normas a que estão subordinados, mas também o está o Estado, que devem assegurar-lhe um ambiente de respeito e dignidade, como primeiro exemplo a ser aplicado a qualquer cidadão.

A promoção por escolha se apresenta como objeto deveras controverso, para dizer o mínimo, suscitando discussões e embates judiciais, causando prejuízos evidentes a militares e proporcionando àqueles dotados de poder político cada vez mais influência, minando a independência das instituições alagoanas, o que tem o condão de tornar o serviço público cada vez menos eficiente no sentido de prestar o serviço para o qual foi devidamente instituído.

O dispositivo desrespeita de forma clara princípios constitucionais que deveriam ser observados pelos legisladores quando das discussões para sua promulgação, porém a casa legislativa alagoana tomou por decisão ignorar o fato de que as instituições públicas precisam ter como objetivo finalístico a consecução do interesse público, pois é por este motivo a razão de ser do Estado brasileiro.

O instituto foi alvo de arguições de inconstitucionalidade, bem como diversos outros pedidos de ressarcimento de preterição ao longo dos anos, inclusive por parte do

próprio Estado de Alagoas, porém o poder político prevaleceu e o judiciário estadual, através da Corte maior da justiça alagoana, julgou sempre pela continuidade do instrumento, mantendo assim tal objeto de desrespeito à isonomia, impessoalidade, moralidade, entre outros princípios que deveriam ser observados pela administração pública.

Finalmente, no último ano de 2023, foi instituída a Lei Orgânica das Polícias e Corpo de Bombeiros Militares, suprimindo a modalidade de promoção por escolha, sendo assim necessário um instrumento externo aos poderes estaduais, para que se ponha fim a este instrumento tão vil e que vem demonstrando o quão enviesada é a política alagoana.

Só nos resta aguardar para ver se este explícito abuso do poder político, demonstrada nas diversas investidas realizadas contra o dispositivo de promoção por escolha e que culminou não apenas na sua manutenção, mas no seu recrudescimento, será empregada também contra a Lei nº 14.751/2023, para de algum modo tentar subvertê-la e retomar as promoções para aqueles que caem nas graças das figuras proeminentes, com capacidade de interferência funcional nas corporações militares. No último certame, de 03 de fevereiro de 2024, já pudemos observar que a norma foi completamente ignorada, aguardemos então o que ocorrerá nos próximos certames, esperando que o Estado de Alagoas finalmente se submeta aos princípios constitucionais da administração pública que vem desrespeitando.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Rafael C. R. Curso de Direito Administrativo. 8ª edição. Rio de Janeiro: Método. 2020.

MENDES, Gilmar F.; BRANCO, Paulo G. G. Curso de Direito Constitucional. 12ª edição. São Paulo: Saraiva. 2017.

ALEXANDRE, Ricardo; DEUS, João de. Direito Administrativo. 3ª edição. São Paulo: Forense. 2017.

ALEXANDRINO, Ricardo; PAULO, Vicente. Direito Administrativo Descomplicado. 25ª edição. São Paulo: Método. 2017.

FILHO, José S. C. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2014.

SAMPIERI, R. H; *et al.* Metodologia de Pesquisa. Porto Alegre: Penso, 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em: 03/01/2024.

BRASIL. Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023. Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do caput do art. 22 da Constituição Federal, altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114751.htm. Acessado em: 10/01/2024.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del4657compilado.htm. Acessado em: 05 de fevereiro de 2024.

ALAGOAS. Lei nº 6.514 de 23 de setembro de 2004. Dispõe sobre os critérios e as condições que asseguram aos oficiais e praças da ativa da polícia militar e do corpo de bombeiros militar do estado de alagoas acesso na hierarquia militar e dá outras providências. Disponível em: https://sapl.al.al.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2014/410/410_texto_integral.pdf. Acesso em: 05/01/2024.

ALAGOAS. Lei nº 8.209 de 04 de dezembro de 2019. Altera a lei estadual nº 6.514, de 23 de setembro de 2004, que dispõe sobre os critérios e as condições que asseguram aos oficiais e praças da ativa da polícia militar e do corpo de bombeiros militar do estado de alagoas o acesso na hierarquia militar, e dá outras providências. Disponível em: https://sapl.al.al.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2019/1754/lei_no_8.209_de_4_de_dezembro_de_2019.pdf. Acessado em: 05/01/2024.

ALAGOAS. Lei nº 8.669, de 19 de maio de 2022. Dispõe sobre a fixação do efetivo da Polícia Militar do Estado de Alagoas – PM/AL, e dá outras providências. Disponível em: https://sapl.al.al.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2022/2274/lei_no_8.669_de_29_de_abril_de_2022_1_-_republicada_em_25.05.2022.pdf. Acessado em 08/01/2024

ALAGAOS. Lei nº 8.884 de 06 de junho de 2023. Altera a lei estadual nº 6.514, de 23 de setembro de 2004, que dispõe sobre os critérios e as condições que asseguram aos oficiais e praças da ativa da polícia militar e do corpo de bombeiros militar do estado de alagoas, acesso na hierarquia militar, e dá outras providências. Disponível em: <https://diario.imprensaoficial.al.gov.br/apinova/api/editions/viewPdf/37496#page=6>. Acessado em: 05/01/2024.

BAHIA. Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJ-BA). Recurso em habeas corpus nº 158580. Ementa: Recurso em habeas corpus. Tráfico de drogas. Busca pessoal. Ausência de fundada suspeita. Alegação vaga de “atitude suspeita”. Insuficiência. Ilícitude da prova obtida. Trancamento do processo. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/SiteAssets/documentos/noticias/RHC%20158580%20Ministro%20Rogério%20Schietti%20Cruz.pdf>. Acessado em: 10/01/2024.

ALAGOAS. Lei nº 7.656, de 10 de setembro de 2014. Dispõe sobre os critérios e as condições que asseguram aos oficiais e praças da ativa da polícia militar e do corpo de bombeiros militar do estado de alagoas acesso na hierarquia militar e dá outras providências. Disponível em: https://sapl.al.al.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2014/410/410_texto_integral.pdf. Acessado em: 10/01/2024.

ALAGOAS. Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (TJ-AL). Ação Direta de inconstitucionalidade (ADI) nº 0806619-81.2020.8.02.0000. Relator: Des. Domingos de Araújo Lima Neto.

ALAGOAS. Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (TJ-AL). Ação Direta de inconstitucionalidade (ADI) nº 0804072-78.2014.8.02.0000. Relator: Des. Alcides Gusmão da Silva.